

VIOÊNCIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE SEGURANÇA E INCLUSÃO

PEDROSO, Raquel Maria Cardoso¹

ALMEIDA, Grasielli Aparecida de²

PINTO, Thaiane Gabriele Pinheiro³

RESUMO: Este artigo aborda a questão da “violência na escola” e tem como objetivo principal investigar se a escola se preocupa em tomar medidas em situações de violência sobretudo com os alunos público-alvo da educação especial. Para atingir esse objetivo, foi elaborado um questionário com questões, por meio das quais fosse possível (i) avaliar se os professores já presenciaram atos de violência na escola; (ii) investigar se a escola utiliza medidas de segurança para prevenir (ou inibir) os atos de violência; e (iii) observar qual a percepção dos participantes sobre a segurança na escola. Procedeu-se a uma pesquisa exploratória, cujos dados foram analisados dentro de uma abordagem predominantemente qualitativa. Conclui-se que os participantes consideram que as escolas são lugares seguros e há a preocupação de implementar medidas que possam garantir e inibir as manifestações de violência na escola, sobretudo com o público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: violência na escola; educação especial; *bullying*; segurança; inclusão.

1 INTRODUÇÃO

De forma geral, a violência é considerada uma das principais formas de representação de atos de incivilidade presentes na sociedade, violando um dos direitos da humanidade mais importantes, o direito à vida (Silva; Negreiros, 2020). E a instituição escolar tem sido cenário de muitas formas de violência, que podem estar presentes nos ambientes escolares de diferentes maneiras: física, verbal e/ou psicológica. A diversidade da população estudantil, o ingresso de pessoas com deficiência e transtornos nas escolas, entre outros fatores, são aspectos que podem contribuir para o crescimento de casos de violência em escolas, motivados pelo medo do desconhecido, do novo.

Neste artigo, será abordada a questão da “violência na escola”, para entender como a comunidade escolar percebe essa questão e se prepara para agir diante dessas situações, principalmente em relação ao público-alvo da Educação Especial. Dentro do ambiente escolar, a violência pode partir tanto do quadro de colaboradores quanto dos próprios discentes. É notório, no contexto atual, que a forma como a pessoa com necessidades educacionais enfrenta os diversos desafios

1 Mestra em Linguística. Coordenadora do curso de Educação Especial e docente dos cursos de Pedagogia, Educação Especial, entre outros, da UNIFEBE. E-mail: raquelpedroso@unifebe.edu.br

2 Acadêmica do curso de Educação Especial da UNIFEBE. E-mail: grasielli.almeida@unifebe.edu.br

3 Acadêmica do curso de Educação Especial da UNIFEBE. E-mail: thaiane@unifebe.edu.br

no espaço escolar força-a a lidar com as diversas formas de violência. Portanto, é importante que a escola e a comunidade escolar estejam comprometidas e preparadas para agir com acolhimento e segurança, a fim de oferecer uma educação de qualidade e mais humana para todos.

Entende-se por violência escolar os atos físicos, psicológicos e verbais cometidos por agentes da comunidade escolar. Assim, discutir sobre violência nos espaços educacionais na atualidade é fundamental, considerando todos os perigos que podem trazer para todos os estudantes e, principalmente, para os educandos com deficiências ou transtornos, que são o público da educação especial. É importante evitar que a violência se naturalize. Assim, ao refletir sobre uma educação que coloque em primeiro lugar a qualidade de vida do educando, seu desenvolvimento pleno, visando à sua autonomia e emancipação, está-se levantando uma discussão sobre como a comunidade escolar deve aprender a conviver e lidar com as diferenças de forma respeitosa, solidária e participativa; percebendo que todos somos diferentes e, por isso, não se tem motivo para discriminar (Carreira, 2005).

Conforme aponta Carreira (2005, p. 13), “o perfil dos educadores e dos gestores pede uma transformação reflexiva que acompanhe as necessidades de nossa época.” Dessa forma, assumir uma postura que busque solucionar as diversas formas de violência que podem ocorrer torna-se necessário para que a educação e o senso de segurança e pertencimento sejam efetivos; e que o educador esteja preparado para acolher e encaminhar as queixas de violência de forma correta, sem expor a criança.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar se a escola se preocupa em tomar medidas em situações de violência, sobretudo com os alunos do público-alvo da educação especial. Para atingir esse objetivo, será importante (i) avaliar se os professores já presenciaram atos de violência na escola; (ii) investigar se a escola utiliza medidas de segurança para prevenir (ou inibir) os atos de violência; e (iii) observar qual a percepção dos participantes sobre a segurança na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A educação é capaz de transformar vidas e fazer o diferencial, porém a escola é ainda um espaço de exclusão e um ambiente repressor para muitos estudantes, podendo ocorrer o desrespeito e ataques às particularidades do outro, por meio de ações violentas, mesmo que essa não seja sua intenção. Isso são reflexos de um aprendizado repressivo (Pina; Araújo, 2014). A criança, como um sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, necessita de intervenções mais eficazes e firmes por meio do diálogo e da reflexão. Utilizar medidas disciplinares que apenas apresentam resultados momentâneos não é o melhor caminho. Pina e Araújo (2014) destacam que é papel da gestão escolar compreender as especificidades de cada aluno e promover o processo de ensino-aprendizagem de forma eficaz e segura, para que todo estudante possa desenvolver a autonomia e aprimorar suas habilidades, visando uma educação significativa e de qualidade. Portanto, é fundamental criar um ambiente acolhedor, no qual as relações entre alunos, professores e funcionários sejam positivas, com valorização de uma cultura escolar respeitosa que possibilite o fortalecimento emocional. Afinal, quando se sentem acolhidos e respeitados, os estudantes ficam menos propensos a desenvolver atitudes negativas ou violentas como forma de expressão.

A violência nas escolas afeta a qualidade do ensino no ambiente de aprendizagem e o bem-estar dos alunos e deve ser uma preocupação de todos, pois a violência pode assumir diversas manifestações, incluindo bullying, agressões físicas, verbais gratuitas ou até mesmo motivadas pelo uso de drogas ilícitas dentro das instalações escolares. A violência nas escolas não apenas prejudica o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também afeta profundamente sua saúde mental e emocional, pois a escola passa a ser um ambiente de medo e ansiedade. E isso não é prerrogativa da escola pública, como muitos podem supor, pois a violência acontece em todas as camadas da sociedade.

No entanto, professores de escola pública e de escola particular costumam ter “concepções diferentes a respeito do papel da escola em relação ao quadro geral de violência e de como lidar com os alunos adolescentes” (Priotto; Boneti, 2009, p. 164). Enquanto na escola particular as medidas são implementadas a partir da equipe gestora, e, não raro, o aluno identificado como pivô da violência é “convidado a se retirar”; na escola pública a questão é aberta para discussão na comunidade escolar, os pais e a comunidade local também são envolvidas dependendo do caso, e quando se identifica o aluno pivô da manifestação de violência, os pais ou responsáveis são chamados, mas o aluno não pode ser excluído da escola.

A violência verbal nas escolas é uma situação preocupante, que afeta tanto os alunos quanto os educadores. Ela se manifesta por meio de palavras, insultos, ameaças e humilhações, criando um ambiente tóxico de aprendizado. Essa forma de violência tem repercussões profundas no bem-estar emocional dos alunos, podendo causar danos psicológicos a longo prazo. Além disso, ela não se limita apenas aos alunos; professores, pais e funcionários estão suscetíveis a episódios de desrespeito, criando um ambiente nada harmônico por todo o espaço escolar, comprometendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes (Paula e Silva; Salles, 2010).

2.2 ASPECTO LEGAL

Historicamente a violência foi usada tanto em casa quanto na escola como forma de educação. Era comum em casa os pais usarem chinelos, cintas, varas ou mesmo as próprias mãos para surrarem os filhos quando esses “saíam da linha”. Infelizmente isso não é coisa do passado. De acordo com os dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o disque 100, que é um canal de denúncias, registrou, no primeiro semestre de 2021, 50.098 (cinquenta mil e noventa e oito) denúncias, 81% (oitenta e um por cento) dos casos ocorreram dentro da casa da própria vítima por familiares (Brasil, 2021).

Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei 8.069, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente (ECA), representando uma importante vitória na proteção e no combate à exploração infantil que já havia sido naturalizada nas sociedades menos afortunadas, negando à criança e ao adolescente o direito à educação escolar. (Brasil, 1990). Seis anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394, de 1996, reforçou a obrigatoriedade da permanência na escola de crianças e adolescentes na faixa dos 3 aos 17 anos, ou seja, até a conclusão do Ensino Médio (Brasil, 1996). Essas leis consistiram em um grande reforço, na época, contra a violência e a exploração praticadas contra crianças e adolescentes.

Depois de casos extremos de violência em escolas, como o ataque de Columbine, em 1999, nos EUA, que deixou 12 mortos e muitos feridos, a violência nas escolas e o problema de relações abusivas entre alunos e entre professores e alunos começaram a estar na pauta das discussões políticas no mundo todo. A expressão *bullying* foi apresentada ao mundo e essa preocupação não saiu mais da esfera educacional (Marran, 2017).

Pereira, Silva e Nunes (2009) descrevem o bullying em escolas no interior de Portugal, destacando que o problema da violência contra crianças e jovens também envolve as populações em vulnerabilidade social e pessoal em centros urbanos e instituições, não só na escola. Segundo as autoras, o combate a qualquer forma de violência requer uma abordagem abrangente com participação e envolvimento de toda a comunidade escolar. Afinal,

Histórias de vida se cruzam e se apresentam no dia a dia do contexto escolar, envolvendo fatos e perspectivas de violências, exigindo de todos nós um posicionamento e uma atitude pró-ativa na direção de superar esta problemática (Pereira; Silva; Nunes, 2009, p. 457).

Para prevenir a violência, estratégias que visem à conscientização devem ser criadas; palestras e programas que envolvam as crianças e adolescentes podem ser uma alternativa viável. No entanto, é fundamental que o respeito e a empatia devam ser sempre o foco para a resolução de problemas que envolvem a violência. Assim, promover um ambiente inclusivo, no qual as diversidades dos estudantes sejam valorizadas, desempenha um papel fundamental para que essa questão seja combatida e até prevenida (Silva; Salles, 2010).

No Brasil, em 2015, a Lei 13.185 instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Essa lei, que ficou conhecida como Lei de *Bullying*, estabelece parâmetros para o combate à prática de intimidação sistemática, que é o assédio e/ou o *bullying*, apresentando classificação e descrição dos atos abusivos que podem ser enquadrados nesta denominação (Brasil, 2015).

Infelizmente outros episódios de violência extrema em escolas, com ataques que resultaram em mortes de crianças e adolescentes, sucederam o acontecido em Columbine, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. E com o avanço das tecnologias de comunicação, que abre espaço para o *cyberbullying*, que é um tipo de violência *on-line*, possivelmente novos episódios de violência extrema devam surgir. É preciso fortalecer a saúde mental dos estudantes, orientar os professores, estar atento e combater toda forma de violência, pois a violência de casa se estende à escola e vice-versa.

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Infelizmente, é comum que alunos com alguma deficiência que frequentam a rede regular de ensino sejam suscetíveis a sofrerem algum tipo de violência, principalmente o *bullying*. Isso acontece porque, na maioria das vezes, o agressor também sofre alguma violência e procura crianças mais vulneráveis para fazer de vítima. Dessa forma, ele tem a ilusão de que está “vencendo” em algum lugar.

Segundo Dias e Pingoello (2016), o *bullying* afeta o desenvolvimento emocional e a aprendizagem da vítima, e isso acontece de forma mais grave com os alunos com necessidades educacionais especiais, pois além de terem de superar suas próprias

limitações, precisam encarar diariamente a discriminação e o preconceito. É preciso analisar as relações que se estabelecem entre os sujeitos na educação inclusiva, para compreender como o *bullying* se estabelece nesse contexto.

A prevenção passa primeiramente pelo conhecimento, dessa forma, toda equipe pedagógica de posse desses conhecimentos poderá oferecer melhores atendimentos aos casos de bullying, identificando as ações contra crianças com deficiência a fim de prevenir e combater esse mal (Diaz; Pingoello, 2016, p. 41).

A violência impossibilita que as crianças com necessidades educacionais especiais valorizem seu próprio potencial. Elas se diminuem e acreditam que não são capazes de aprender e utilizar todas as suas habilidades, tornando-se, assim, mais vulneráveis ainda. Isso exclui seus direitos primordiais à educação de qualidade, e o espaço escolar se torna um ambiente inseguro, impedindo que sejam capazes de aprender e alcançar seu pleno desenvolvimento (Dias; Pingoello, 2016).

A sensibilidade e a dedicação são características que devem ser exigidas dos profissionais da educação especial e inclusiva. É um compromisso que se reflete na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e garante igualdade de oportunidades para todos. Nas escolas, o atendimento educacional especializado tem a prerrogativa de identificar, elaborar, organizar e propor recursos didático-pedagógicos que contribuam para a acessibilidade e a eliminação de barreiras para que todos os alunos possam participar de forma plena, considerando suas necessidades específicas, tornando a escola um espaço seguro para aprendizagem (Brasil, 2008). Dessa forma, é mister que a comunidade escolar tenha consciência sobre a necessidade de uma sociedade mais humanizada para o enfrentamento da violência; pois a escola não é uma ilha isolada, é parte integrante da sociedade, de maneira que uma interfere na outra, e juntas vão se desenvolvendo.

Assim, a escola deve ser um lugar seguro, onde as crianças com necessidades educacionais especiais superem as condições de violência e sejam tratadas de forma respeitosa e com dignidade. Como um espaço de formação dos cidadãos, todos que pertencem à comunidade escolar devem aprender a lidar com as diferenças com respeito. A inclusão ocorre quando todos aprendem a conviver e estão conscientes de seus direitos. Afinal, “o direito do ser humano ser tratado dignamente pelo poder público é uma questão essencial para o desenvolvimento de uma educação libertadora para um país democrático e socialmente desenvolvido” (Souza, 2020, p. 16).

2.4 A VIOLÊNCIA E A SAÚDE MENTAL

A violência psicológica é corriqueira, é uma violência silenciosa, que não deixa marcas aparentes, mas é capaz de abrir grandes feridas na alma. São olhares, falas, comentários maldosos, comparações, ameaças que, geralmente, estão atrelados ao cotidiano da vítima, seja em casa ou na escola. É tão importante que a criança aprenda a falar o que está sentindo quanto é importante que o adulto responsável saiba acolher e ouvir essa criança. As crianças com deficiência passam por isso frequentemente, pois o preconceito é resultado da contradição em relação aos “padrões físicos e/ou intelectuais que se definem em função do que se considera ausência, falta ou impossibilidade” (Nhaquila, 2011, p. 39). Ou seja, preconceito é a não aceitação daquilo que foge ao padrão preconcebido, que são as diferenças.

A violência silenciosa abrange vários vieses complexos, muitas vezes não notamos que acometemos, seja na hora de conter uma crise, algo comum que as crianças passam em virtude de sua condição, quando a seguramos com força para tentar contê-la, sem ter noção de sua sensibilidade, podemos machucá-la; ou quando alteramos o tom de voz, que pode impactar mais as crianças com deficiência ou transtornos do que as outras. De acordo com Nhaquila (2011, p. 39), por ser um espaço de interação, é na escola que se praticam a rotulação (estigma) e a violência psicológica, situações que aparecem no desrespeito ao outro por questões estereotipadas. Nesse contexto, o professor é um “agente facilitador do desenvolvimento de atitudes de tolerância entre os jovens e com isso contribui para a prevenção da violência e para a educação para a paz” (Paula; Silva; Salles, 2010, p. 227).

Como medida de prevenção e fortalecimento da saúde mental da criança, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define cinco Campos de Experiência que devem ser desenvolvidos desde a Educação Infantil. O primeiro Campo de Experiência é “O eu, o outro e o nós”, que se refere à percepção da própria identidade, à compreensão sobre si como indivíduo e nas relações com os outros, enfatizando “o desenvolvimento da autoestima, da empatia, do respeito às diferenças e da capacidade de conviver harmoniosamente com os colegas” (Dalcorsó, 2024, *on-line*).

O período da infância e da adolescência é marcado, entre outras coisas, por brincadeiras e vivências, que estimulam o crescimento e a maturação, por meio das relações sociais e afetivas. Por isso, a escola é o melhor lugar para se desenvolver a saúde mental, pois as frustrações e conflitos e as superações e alegrias são vivências que trazem aprendizados e experiências que serão importantes para o desenvolvimento. Nesse contexto, a violência pode ser muito destrutiva se a criança não souber se defender. Segundo Faraj *et al.* (2022), um indivíduo saudável mentalmente é aquele que (1) reconhece que tem falhas, que pode errar; (2) entende que tem limite, que não pode fazer tudo para todos; (3) vivencia as emoções, não as nega, e sabe dizer o que está sentindo; (4) enfrenta os desafios e as mudanças sempre procurando uma forma de se adaptar; (5) reconhece quando não está bem e sabe procurar ajuda para lidar com traumas e transições importantes.

A escola e a família não ajudam na maturação do indivíduo se facilitarem as coisas para ele, se assumirem suas dores, se ficarem compensando o sofrimento com agrados. Esses atos não auxiliam no desenvolvimento de uma boa saúde mental. É importante estar atento aos perigos, orientar, acolher, ouvir, mas respeitar e deixar que as crianças façam as escolhas, que experimentem, que vivam, independentemente de qualquer condição. Só assim, elas serão capazes de desenvolver as cinco habilidades que as farão adultos mentalmente saudáveis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa exploratória, que tem uma abordagem predominantemente qualitativa, com levantamento de dados ou *survey*. O tipo de pesquisa de levantamento de dados ou *survey*, enquanto método de pesquisa, mostra-se relevante no âmbito educacional devido ao seu caráter amostral. O rigor da pesquisa indica possibilidade de generalização com base em uma amostragem, o que é útil quando o acesso à população total é inviável (Pereira; Ortigão, 2016).

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário elaborado com dez perguntas fechadas, que “podem ser desenvolvidas para medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstâncias da vida do cidadão e outras questões” (Barbosa, 2008, p. 1). Para compor o perfil, os participantes foram questionados sobre o gênero, o tipo de instituição na qual trabalham e sua função na escola. As sete questões seguintes abordaram mais diretamente a questão da violência envolvendo o público da Educação Especial, a preparação e medidas de segurança caso ocorra algum ato de violência e o trabalho conjunto da comunidade escolar no combate à violência nas escolas.

Esta pesquisa foi realizada de forma digital, por meio de um questionário realizado no aplicativo *Google Forms* e disponibilizado eletronicamente para 30 profissionais da educação das redes públicas e privadas de Brusque, Santa Catarina, entre outubro e novembro de 2023; ressalta-se que todos os questionários retornaram respondidos.

Com base nas respostas, foram elaborados gráficos com dados quantitativos, que foram analisados qualitativamente para melhor compreensão. Além disso, mediante as análises, utilizou-se embasamento teórico para explicar todo o exposto nos gráficos, garantindo maior enriquecimento científico no decorrer da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

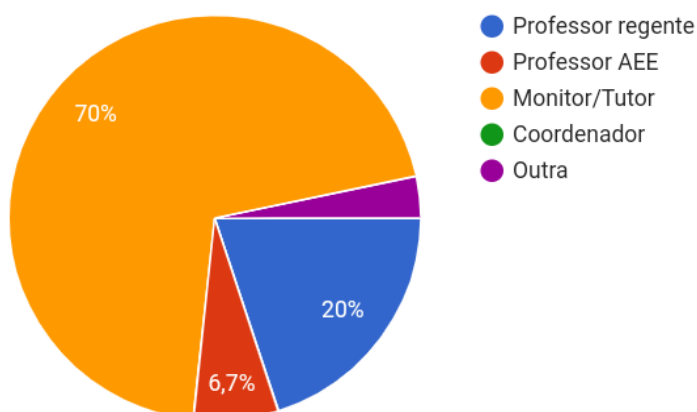
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa, em relação à identificação de gênero, declararam-se majoritariamente femininos (93,3% - noventa e três vírgula três por cento), enquanto 6,7% (seis vírgula sete por cento) dos participantes identificaram-se com o gênero masculino. Esse perfil, certamente, influencia os resultados, que poderiam ser diferentes se houvesse um equilíbrio entre os gêneros ou se a maioria fosse masculina. Coincidentemente, os resultados numéricos apresentados foram os mesmos quando se questionou o tipo de instituição na qual atuam. E 93,3% (noventa e três vírgula três por cento) dos participantes atuam na rede pública e 6,7% (seis vírgula sete por cento) dos participantes atuam na rede privada. Isso, no entanto, não significa que as respostas do público feminino sejam da rede privada de educação.

O questionamento sobre a função dos participantes apresentou uma pouco mais de variedade (Gráfico 1), e a maioria dos participantes, 70% (setenta por cento) atua como monitores/tutores de alunos com necessidades educacionais especiais, 6,7% (seis vírgula sete por cento) são professores da sala de AEE⁴, com 20% (vinte por cento) sendo professores regentes e 2,3% (dois vírgula três por cento) exercendo outra função, sem identificar qual.

⁴ AEE – Atendimento Educacional Especializado.

Gráfico 1 - Função dos participantes.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

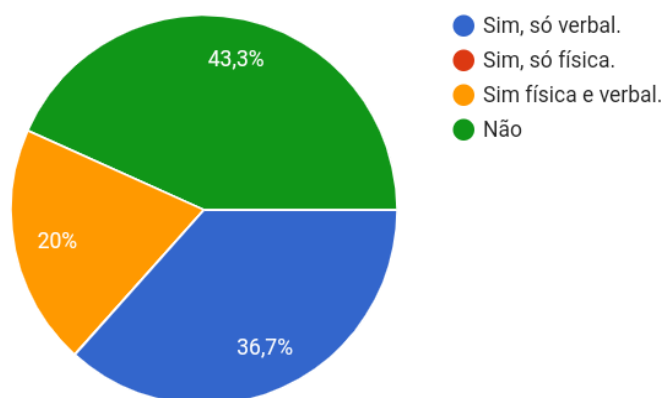
Os participantes da pesquisa são, em sua maioria, mulheres que atuam como monitoras/tutoras de inclusão em escolas públicas. A presença expressiva de mulheres na educação, também é apontada no censo do MEC de 2021, que indica, segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2023), na educação infantil, um total de 97,2% (noventa e sete vírgula dois por cento) dos docentes do gênero feminino; e, nos anos iniciais do ensino fundamental, dos 1,4 milhão de docentes, 77,5% (setenta e sete vírgula cinco por cento) são mulheres. Esses dados demonstram que a amostra desta pesquisa representa a média de profissionais na educação que atuam na etapa em que se inicia a trajetória escolar regular no Brasil.

4.2 SOBRE A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A escola, antes de tudo, precisa ser um ambiente educacional seguro, que promova o crescimento e o aprendizado, de forma tranquila e sem qualquer agressão física, verbal ou psicológica. Por isso, é necessário que se reflita, que se discuta sobre a violência no ambiente escolar, porque sua “manifestação [é] contumaz entre estudantes, entre professores e estudantes e, ainda, entre governantes e professores” (Souza, 2020, p. 2).

Essa declaração de Souza (2020) pôde ser comprovada quando os participantes foram questionados se já haviam presenciado algum tipo de manifestação de violência na escola (Gráfico 2) e, observa-se que, apesar de 43,3% (quarenta e três vírgula três por cento) dos participantes declararem que nunca presenciaram violência física ou verbal no ambiente escolar; 56,7% (cinquenta e seis vírgula sete por cento), responderam afirmativamente. Desses, 36,7% (trinta e seis vírgula sete por cento) afirmam ter presenciado apenas violência verbal e 20% (vinte por cento) já presenciaram violência verbal e física no ambiente escolar.

Gráfico 2 - Presenciaram algum tipo de violência.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Em relação ao envolvimento do público da Educação Especial, Souza (2020, p. 16) alerta que as crianças com deficiência são naturalmente mais vulneráveis e dificilmente falam o que aconteceu porque não compreendem que determinado ato do colega e/ou professor era de violência. Por isso, é fundamental que o professor ou o monitor esteja atento.

Para entender a percepção que os participantes tinham sobre a segurança e o envolvimento do público da Educação Especial em situações de violência, foram questionados os itens que compõem o Quadro 1. Assim, em relação ao primeiro item que tratava da percepção da comunidade escolar sobre o envolvimento do público da Educação Especial em situações de violência, apenas 23,3% (vinte e três vírgula três por cento) dos participantes confirmaram que os alunos, público-alvo da Educação Especial estava envolvido, no entanto 76,7% % (setenta e seis vírgula sete por cento) negou o envolvimento. Os dados confirmam que os estudantes com deficiência sofrem ou estão envolvidos em situações de violência na escola, confirmando a ocorrência de *bullying*, como apontam Diaz e Pingoello (2016).

Para evitar os atos de violência, é importante investir em treinamentos para agir em emergências nas escolas. O item 2 mostra que os resultados desse questionamento indicam que apenas 30% (trinta por cento) já participaram de treinamentos; enquanto 70% (setenta por cento) alegam não terem participado de treinamentos em suas escolas. É preocupante observar que a comunidade escolar está despreparada para agir e/ou orientar os educandos e intervir em situações de violência; pois a capacitação da comunidade escolar para responder com eficiência a emergências, sobretudo quando envolve questões de violência, além de salvar vidas, promove um ambiente educacional bem preparado para possíveis eventualidades.

Quadro 1 – Percepção da comunidade escolar sobre segurança

	SIM	NÃO	TALVEZ
1. Envolvimento do público da educação especial.	23,3%	76,7%	--
2. Treinamentos de emergência	30%	70%	--
3. Segurança no ambiente escolar.	66,7%	33,3%	--
4. Medidas de segurança eficientes.	46,7%	10%	43,3%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

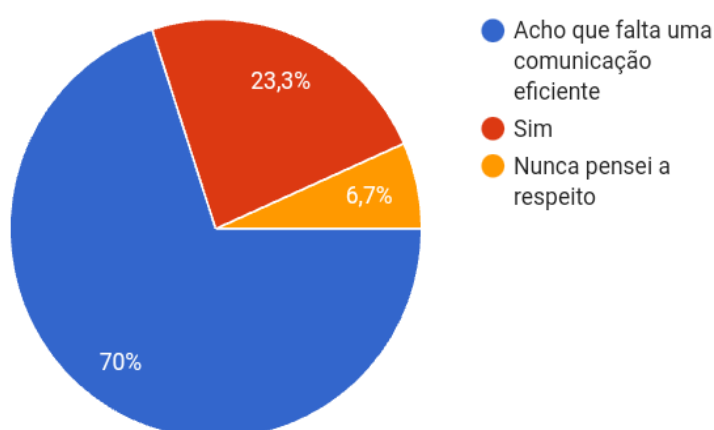
No Quadro 1, o item 3 questionava sobre a segurança no ambiente escolar, e, surpreendentemente, 66,7% (sessenta e seis vírgula sete por cento) confirmaram que se sentem seguros em suas escolas; enquanto 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) negam sentir segurança no ambiente escolar. Os dados demonstram que, apesar de não haver treinamentos ou preparação para agir em situações de violência, a maioria sente que há segurança no ambiente escolar.

Uma escola segura garante um ambiente propício para o aprendizado, saudável e agradável para todos. Por isso, a questão sobre se há medidas de segurança na escola (no item 4 do quadro 1), como câmeras e controle de acesso, foi importante e trouxe dados muito interessantes. Para 46,7% (quarenta e seis vírgula sete por cento) confirmaram que a escola tem medidas eficientes de segurança; 10% (dez por cento) não veem essas medidas como eficientes e 43,3% (quarenta e três vírgula três por cento) acreditam que talvez sejam eficazes para combater a violência nas escolas, mas não têm certeza dessa segurança.

Os sistemas de vigilância, controle de acesso e alarmes de emergência, com tantas outras tecnologias, têm um papel fundamental na segurança do ambiente escolar. “Essas medidas contribuem para a detecção precoce de ameaças e uma resposta rápida a situações críticas, aumentando a segurança dos alunos e do pessoal da escola.” (Patias *et al.*, 2023, p. 3).

Para que os equipamentos e as medidas de segurança sejam eficazes, é muito importante haver uma comunicação clara entre os agentes da comunidade escolar (Gráfico 3). Ao serem questionados especificamente sobre a comunicação entre a equipe da sala de AEE e a equipe escolar, 70% (setenta por cento) dos participantes observaram que existe uma falha na comunicação entre a equipe escolar e o público da educação especial em relação às emergências. Entretanto, 23,3% (vinte e três vírgula três por cento) dos participantes acreditam que existe uma comunicação eficiente e apenas 6,7% (seis vírgula sete por cento) não pensam a respeito do assunto.

Gráfico 3 - Comunicação entre AEE e equipe escolar.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

De todos os obstáculos que a inclusão escolar enfrenta, segundo Miranda (2021), o real desafio que a inclusão gera não é a deficiência, mas sim todos os fatores sociais que perpassam pela inclusão, inclusive a comunicação. Uma comunicação eficiente entre a gestão escolar e o AEE facilita a compreensão e a resolução de possíveis conflitos no dia a dia escolar.

Se há violência na escola e há dificuldades de comunicação, então, a equipe escolar precisa implementar medidas para combater essa violência. Assim, ao serem questionados sobre se acreditavam que era possível a comunidade escolar trabalhar em conjunto para combater a violência na escola, a resposta afirmativa foi unânime, entretanto, 60% (sessenta por cento) dos participantes ressaltaram que a comunicação é fundamental para esse intento. Isso demonstra que, como afirmam Sousa e Sarmento (2009), uma parceria sólida entre a escola, a comunidade e as famílias traduz uma realidade onde os benefícios são para todos os envolvidos. E a liberdade de expressão, o respeito e a paz são benefícios preciosos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorizar o respeito e a tolerância com o diferente, incentivar a paciência e ensinar a ser um bom ouvinte e a não julgar, mas observar e aprender são características que promovem a cultura da paz, que é a principal medida contra a violência. Se combatemos o fogo com a água, devemos combater a violência incentivando a cultura da paz. E, nesse contexto, o professor é o principal agente na promoção de uma educação para a paz. Sendo assim, é preciso investir na formação de professores, no debate, na discussão e na preparação desses agentes.

A violência nas escolas é uma preocupação recorrente, por isso, esta pesquisa se propôs a investigar se a escola se preocupa em tomar medidas, em situações de violência, sobretudo com os alunos público-alvo da educação especial. No processo para cumprir com esse objetivo, avaliou-se que a maioria dos professores que participaram da pesquisa afirmaram que já presenciaram atos de violência na escola, principalmente violência verbal e psicológica. As escolas utilizam medidas de segurança como o uso de câmeras e, na percepção dos participantes da pesquisa, as escolas são ambientes seguros.

Fazer essa pesquisa foi um desafio, pois o tema da violência nas escolas é muito abrangente e, inicialmente, imaginamos que, ao focar nas medidas de proteção, poder-se-ia restringir o campo de pesquisa. Entretanto, ao passo que a pesquisa foi avançando, com as leituras para a composição da fundamentação teórica, novas perguntas surgiram, novas possibilidades de investigação despertaram interesse, e percebemos que o tema é muito mais profundo do que supúnhamos. Não teríamos pernas para ampliar a pesquisa, então, mantivemos o foco inicial. No entanto, ampliar a abrangência da pesquisa e investigar sobre a relação entre violência na escola e saúde mental; ou pesquisar sobre as medidas de proteção contra a violência, fazendo um contraponto com a ação do Conselho Tutelar e/ou da polícia; ou ainda perceber a influência entre a violência doméstica e a violência na escola; são algumas propostas de pesquisas que precisam de um tempo maior de investigação, podendo ser temas de dissertações ou teses; em pesquisas futuras.

Mesmo não tendo tanta profundidade, esta pesquisa evidenciou o quanto o tema “violência na escola” é importante e precisa ser discutido em formações continuadas de professores de forma contínua. É um tema inesgotável. E os profissionais da educação, sobretudo os professores que estão na linha de frente, precisam estar atentos e saber como agir, como acolher a vítima, preservando-a para que ela não seja exposta. A violência contra a criança e o adolescente pode acontecer na escola, mas também pode acontecer em casa ou na comunidade, no caminho para a escola, em qualquer lugar. E a vítima pode não estar oralizando,

mas ela pode expressar o sofrimento por meio do corpo, da postura, das atividades e das reações. Por isso, é importante a sensibilidade do professor para perceber essa expressividade e saber como agir, o que fazer e a quem recorrer.

Ficar atento à violência na escola é também promover a saúde mental. Assim, com professores mais atentos a estas questões, talvez a escola possa formar jovens mentalmente mais saudáveis. Mas esse é outro desafio!

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eduardo F. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais.** Metodologia de pesquisa. 2008. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL, Casa Civil. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Mulheres são a maioria na docência e gestão da educação básica.** Publicado em 7 de março de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa.** Publicado em 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa#>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL, Secretaria Geral. **Lei 13.185**, de 06 de novembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CARREIRA, Débora Bianca Xavier. *Violência nas escolas: qual é o papel da gestão?* 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <https://catedra.ucb.br/wp-content/uploads/2011/09/CARREIRA-DEBORA-Violencia-nas-Escolas-qual-o-papel-da-Gestao.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

DALCORSO, Claudia Z. **O eu, o outro e o nós:** Os campos de experiência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Site Elos Educacional. Publicado em 11 de março de 2024. Disponível em: <https://eloseducacional.com/educacao/eu-outro-nos-campos-experiencia-bncc/#>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DIAS, Fabiana B. G.; PINGOELLO, Ivone. *Bullying* na Educação Inclusiva. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1458>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FARAJ, Suane; et al. Saúde mental na escola: reflexões sobre a saúde mental da comunidade escolar. E-book. Santa Maria/RS: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/518/2020/05/Cartilha-Saude-Mental-na-Escola.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARRAN, Phellipe Böy. **Columbine**: o massacre que apresentou o bullying ao mundo. Publicado em 17 de novembro de 2017. Canal Ciências Criminais. Site JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/columbine-o-massacre-que-apresentou-o-bullying-ao-mundo/521659037>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MIRANDA, Livia de Lima. **Educação inclusiva e violência escolar**: experiências de uma Escola Municipal de Petrópolis/RJ. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23516/Mestrado.LiviaMiranda.Dissertacao.VersaoFinal.05.10.2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NHAQUILA, Hermenegildo A. **Violência psicológica e estigmatização dos estudantes portadores de deficiência auditiva no ambiente escolar**. 2011. TCC - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Moçambique, 2011. Disponível em: <http://monografias.uem.mz/jspui/bitstream/123456789/156/1/2011%20-%20Nhaquila%2c%20Hermenegildo%20A.%20U.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PATIAS, Luiz Fernando M. et al. **Segurança nas Escolas**. In: Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica, Ijuí, out. 2023. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/moeducitec/article/view/23995>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PAULA E SILVA, Joyce M. A.; SALLES, Leila M. F. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Educar em Revista**, p. 217-232, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/58prxNcd4bFt6cLF9swktFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PEREIRA, Beatriz; SILVA, Marta I.; NUNES, Berta. Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 09, n. 28, p. 455-466, dez. 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2009000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2023.

PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Ma. Isabel R. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Periferia. Educação, cultura e comunicação**, v. 8, n. 1, p. 66-79, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/27341/19946>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SILVA, Ellery H. B.; NEGREIROS, Fauston. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 327-340, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2023.

PINA, Andreia S.; ARAÚJO, Doracina Aparecida C. Violência contra crianças com deficiência. **Revista Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.4, n.12, p.81-93, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/download/512/478>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 26, pág. 161-179, abril de 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2009000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2025.

SILVA, Ellery H. B.; NEGREIROS, Fauston. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 327-340, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 out. 2023.

SOUZA, Tania C. **Violência escolar: desafios à formação docente e à educação inclusiva na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21620/Mestrado.Tania.DissertacaoFinalFichaCatalografica.10.02.2021%20%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 out. 2023.